



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE AGOSTO DE 1998**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppino, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Pércles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a presente sessão e instalado o 2º Período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Curitiba, 21 de julho de 1998.

Senhor Presidente.

Venho através do presente, respeitosamente, REQUERER licença, de acordo com o inciso I, do art. 60, da Constituição Estadual, para atender a convocação do Senhor Governador do Estado do Paraná e assumir a pasta da recém-criada Secretaria de Estado de Proteção e Defesa do Consumidor.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) JOSÉ TAVARES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 119/98, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a promover o estudo da dependência química e suas conseqüências neuro-psico-sociológicas - uso de drogas - no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, a partir das matérias constantes do núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação para as escolas públicas ou privadas no âmbito do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 282/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, imóveis de propriedade do Estado do Paraná e do Instituto de Saúde do Paraná, localizados nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Apolônia Zago Menin, do Município de Vitorino/ PR.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma grande família, a Senhora Apolônia Zago Menin, deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semeou junto à população ao longo de sua existência, as sementes do bem.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Menin, endereçando a ela, através do Senhor Eugênio Menin, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Odair José dos Santos, do Município de São João/PR.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce do jovem Odair José dos Santos, deixou consternada toda a população de São João.

Filho exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Santos e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, encarecendo a necessidade da regulamentação pelo Poder Executivo da Lei nº 11.991, de 06 de janeiro de 1998.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 11.991, de 06 de janeiro de 1998, dispõe que os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas ou privadas de ensino fundamental, ficam proibidos de fumar cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer.

O Artigo 5º da referida lei diz: o Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Por falta da regulamentação, os estabelecimentos escolares estão encontrando dificuldade para o cumprimento da mencionada lei.

Senhor Governador, são evidentes os malefícios trazidos pelo fumo, não só para os fumantes ativos, como aos passivos.

É imperiosa a regulamentação com certa urgência, para que a Secretaria de Estado da Educação possa pôr em prática junto aos dirigentes escolares, mostrando, inclusive, com bastante clareza, os malefícios trazidos pelo fumo, pois todos sabemos: "a saúde é o bem maior do indivíduo". Precisamos preservá-la.

O tabagismo representa um dos mais graves problemas da saúde pública em todo o mundo, sendo considerado pela Organização Mundial de Saúde uma epidemia que compromete tanto a saúde como o meio ambiente e a economia.

Projeto de Lei Complementar:**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 285/98**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, na forma do Artigo 25, § 3º da Constituição Federal e Artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel.

§ 1º - Constituem a Região Metropolitana de Cascavel, os Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Ouro Verde do Oeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguazu, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

§ 2º - Outros municípios poderão integrar a Região Metropolitana de Cascavel, motivado pela sua expansão urbana acelerada, demanda por serviços e necessidades de investimentos em parceria.

Art. 2º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel, vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado, que se regerá por esta lei e seus estatutos validados mediante decreto do Poder Executivo, cabendo-lhe as seguintes atribuições e competências:

I - promover a integração e a uniformização dos serviços comuns e de interesse da Região Metropolitana;

II - conceder ou permitir a execução de obras e serviços públicos de interesse metropolitano que lhes forem delegados mediante lei, bem como fiscalizar sua execução;

III - aplicar as normas e procedimentos legais com incidência na Região Metropolitana de Cascavel, fiscalizar seu cumprimento, exercendo, no que couber, seu poder de polícia;

IV - estimular entre os municípios da Região Metropolitana, a celebração de consórcios para resolução de problemas comuns;

V - garantir a integração do planejamento, da organização e da execução das funções e serviços públicos de interesse comum do Estado e aos municípios metropolitanos;

VI - especificar as funções e serviços públicos que serão executados em parceria no âmbito metropolitano e aquelas de interesse local, de responsabilidade do município;

VII - analisar e aprovar o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Cascavel e encaminhar à Assembléia Legislativa para aprovação mediante lei;

VIII - aprovar diretrizes, planos, programas e projetos de interesse metropolitano;

IX - aprovar os planos plurianuais de investimentos públicos para a Região Metropolitana e encaminhar à Assembléia Legislativa para aprovação.

Art. 3º - O processo de planejamento das funções públicas de interesse comum terá caráter permanente e obedecerá aos seguintes princípios:

I - a observância de valores morais e éticos que objetivem promover a máxima convivência social;

II - o caráter multidisciplinar da abordagem das funções públicas de interesse comum;

III - o desenvolvimento da região metropolitana, através do planejamento, da organização e da execução das funções públicas de interesse comum;

IV - a contribuição das funções públicas ao equilíbrio e ao desenvolvimento metropolitano;

V - a presença da ação dos poderes públicos federal, estadual e municipal na região metropolitana;

VI - a necessidade de se obterem graus crescentes de racionalidade na utilização de recursos humanos, financeiros e materiais na execução das funções públicas de interesse comum.

Art. 4º - A Região Metropolitana de Cascavel, instituída no art. 1º desta lei, será administrada por um Conselho Metropolitano a ser presidido pelo Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação Geral, que terá caráter normativo e deliberativo.

§ 1º - O Conselho Metropolitano previsto no "caput" deste artigo contará em sua composição, além do Secretário Estadual de Planejamento, com 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica e/ou administrativa, todos nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação de uma lista tríplice organizada pelos Prefeitos e Câmaras Municipais de cada município, com a participação das entidades representativas da comunidade.

§ 2º - As despesas de manutenção do Conselho Metropolitano deverão constar em dotações próprias no orçamento da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

§ 3º - A Secretaria Executiva do Conselho Metropolitano será exercida por um dos cinco membros integrantes do referido Conselho, nomeados pelo Governador do Estado, cabendo-lhe as seguintes atividades e competências.

Art. 4º - Compete à Secretaria Executiva:

I - dar estrutura funcional ao Conselho Metropolitano;

II - executar as decisões deste Conselho;

III - a articulação das ações verticalizadas (Secretarias de igual natureza dos municípios) e setorializadas (Secretarias, Institutos, etc) objetivando à implantação do trabalho de competência do Conselho Metropolitano;

IV - secretariar as atividades do Conselho Metropolitano;

V - outras competências a serem previstas na regulamentação.

Art. 5º - Os membros do Conselho Metropolitano e da Secretaria Executiva não farão jus pelo seu mister, a qualquer tipo de contraprestação pecuniária, senão as que lhes são pagas em seus órgãos de origem.

Art. 6º - Para a elaboração dos seus planos, programas, projetos e estudos, o Conselho Metropolitano contará com sugestões oriundas das entidades representativas da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e as Câmaras Municipais dos municípios integrantes da Região Metropolitana convocarão as entidades representativas da sociedade civil, objetivando discutir propostas para elaboração de seus planos, programas, projetos e estudos.

Art. 7º - A divulgação resumida do conteúdo principal dos estudos, planos, programas e projetos de interesse coletivo na área metropolitana será efetuada, de forma a mais ampla possível, através dos meios de comunicação de massa, com a finalidade de alcançar a população beneficiada, com antece-

dência de 30 (trinta) dias da respectiva apreciação pelo Conselho Metropolitano de Cascavel.

Parágrafo Único - É assegurado a todos amplo acesso aos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental relativa a planos, programas, projetos, obras e serviços de interesse coletivo, no âmbito metropolitano.

Art. 8º - A aprovação dos planos, programas, projetos, obras e serviços pelo Conselho Metropolitano de Cascavel será, obrigatoriamente, precedida da realização de audiências públicas nos municípios contemplados por esta lei.

Art. 9º - As despesas com manutenção e funcionamento do Conselho e Secretaria Executiva, deverão constar em dotação própria do orçamento geral do Estado e dos municípios que integram a Região Metropolitana de Cascavel.

Art. 10 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada num prazo de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Ouro Verde do Oeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguazu, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste, formam, atualmente, uma região de desenvolvimento acelerado, com a evolução da região urbana e o surgimento de necessidades e problemas comuns.

Com uma população aproximada de meio milhão de habitantes, e o grande desenvolvimento por que vem passando a região, é necessário buscarmos uma forma de integrar os municípios e assegurarmos o crescimento organizado dos municípios.

Além disso, com a necessidade diária de redução de despesas na administração pública e a destinação cada vez mais específicas de recursos visando beneficiar e atender uma maior parcela da população, devemos buscar alternativas para o desenvolvimento e criação de projetos públicos de interesse comum.

A participação integrada dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada é necessária para conseguirmos o esperado crescimento.

Os municípios mencionados acima possuem uma entidade no desenvolvimento econômico e social, indústrias, comércio e serviços que ultrapassam as fronteiras. Buscam atender os anseios populares como transporte, educação, empregos,

saneamento, moradia e se preocupam com o crescimento desordenado que pode atingir a região.

A alternativa para um projeto único é a constituição da região metropolitana.

A Constituição da República Federativa do Brasil delega aos Estados integrantes a possibilidade de criação de regiões metropolitanas.

Portanto, pelo desenvolvimento dos municípios e a melhoria na condição de vida dos cidadãos, a instituição da Região metropolitana de Cascavel é necessária.

Isto posto, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 286/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, as multas de trânsito estaduais e as taxas de estadia de veículos apreendidos nos pátios do DETRAN, lançados até 31 de julho de 1998, poderão ser parcelados em até 12 (doze) meses, com anistia de multa e da atualização monetária sobre ela incidente, e remissão dos juros, na forma e prazo estabelecidos pelo Poder Executivo, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para regulamentar a presente lei.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$96,11 (noventa e seis reais e onze centavos), equivalente a 100 UFIRs.

§ 3º - O disposto do "caput" deste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário liquidado antes da vigência da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI Nº 287/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica agregado ao Parque Ecológico de Guartelá o imóvel denominado Fazenda Mocambo,

com área de 973,00 ha, registrado no Registro de Imóveis de Tibagi, sob nº 2.029, ampliando a extensão do parque, no Município de Tibagi.

Art. 2º - A área mencionada no artigo anterior possui os seguintes limites e confrontações:

"Memorial Descritivo

Inicia no Ponto 1, Coordenada UTM 579116 Leste e 7278627 Norte, margem direita do rio Iapó, divisa com terras do Parque Estadual do Guartelá, na outra margem deste rio, segue para o Ponto 2, Coordenada UTM 579376 Leste e 7278519, segue para o Ponto 3 Norte, Coordenada UTM 579480 Leste e 7278435 Norte, segue para o Ponto 4, Coordenada UTM 579610 Leste e 7278221 Norte, segue para o Ponto 5, Coordenada UTM 579672 Leste e 7278141 Norte, segue para o Ponto 6, Coordenada UTM 579887 Leste e 7278051 Norte, segue para o Ponto 7, Coordenada UTM 580023 Leste e 7277968 Norte, segue para o Ponto 8, Coordenada UTM 580119 Leste e 7277875 Norte, segue para o Ponto 9, Coordenada UTM 580155 Leste e 7277845 Norte, segue para o Ponto 10, Coordenada UTM 580261 Leste e 7277796 Norte, segue para o Ponto 11, Coordenada UTM 580383 Leste e 7277818 Norte, segue para o Ponto 12, Coordenada UTM 580337 Leste e 7277923 Norte, segue para o Ponto 13, Coordenada UTM 580359 Leste e 7277925 Norte, segue para o Ponto 14, Coordenada UTM 580369 Leste e 7277942 Norte, segue para o Ponto 15, Coordenada UTM 580430 Leste e 7278039 Norte, segue para o Ponto 16, Coordenada UTM 580482 Leste e 7277998 Norte, segue para o Ponto 17, Coordenada UTM 5580548 Leste e 7277901 Norte, segue para o Ponto 18, Coordenada UTM 580873 Leste e 7277485 Norte, segue para o Ponto 19, Coordenada UTM 580938 Leste e 7277384 Norte, segue para o Ponto 20, Coordenada UTM 581011 Leste e 7277297 Norte, segue para o Ponto 21, Coordenada UTM 581132 Leste e 7277241 Norte, segue para o Ponto 22, Coordenada UTM 581187 Leste e 7277178 Norte, segue para o Ponto 23, Coordenada UTM 581336 Leste e 7277060 Norte, segue para o Ponto 24, Coordenada UTM 581421 Leste e 7276965 Norte, segue para o Ponto 25, Coordenada UTM 581526 Leste e 7277080 Norte, segue para o Ponto 26, Coordenada UTM 581079 Leste e 7277828 Norte, segue para o Ponto 27, Coordenada UTM 581507 Leste e 7278198 Norte, segue para o Ponto 28, Coordenada UTM 581190 leste e 7278748 Norte, segue para o Ponto 29, Coordenada UTM 581299 Leste e 727891 Norte, segue para o Ponto 30, Coordenada UTM 581261 leste e 7279161 Norte, segue para o Ponto 31, Coordenada UTM 581510 Leste e 7279132 Norte, segue para o Ponto 32, Coordenada UTM 581470 Leste e 7279258 Norte, segue para o Ponto 33, Coordenada UTM 581551 Leste e

7279370 Norte, segue para o Ponto 34, Coordenada UTM 581352 Leste e 72799458 Norte, segue para o Ponto 35, Coordenada UTM 581123 Leste e 7279601 Norte, segue para o Ponto 36, Coordenada UTM 580858 Leste e 7280046 Norte, segue para o Ponto 37, Coordenada UTM 580961 Leste e 7280197 Norte, segue para o Ponto 38, Coordenada UTM 581062 Leste e 7280177 Norte, segue para o Ponto 39, Coordenada UTM 580857 Leste e 7280235 Norte, segue para o Ponto 40, Coordenada UTM 580080 Leste e 7280714 Norte, segue para o Ponto 41, Coordenada UTM 579827 Leste e 7280947 Norte, segue para o Ponto 42, Coordenada UTM 580855 Leste e 7280018 Norte, segue para o Ponto 43, Coordenada UTM 581062 Leste e 7280177 Norte, segue para o Ponto 44, Coordenada UTM 580689 Leste e 7280264 Norte, segue para o Ponto 45, Coordenada UTM 579827 Leste e 7280947 Norte, segue para o Ponto 46, Coordenada UTM 579908 Leste e 7281102 Norte, segue para o Ponto 47, Coordenada UTM 579713 Leste e 7281154 Norte, segue para o Ponto 48, Coordenada UTM 579451 Leste e 7281273 Norte, segue para o Ponto 49, Coordenada UTM 579396 Leste e 7281399 Norte, segue para o Ponto 50, Coordenada UTM 579081 Leste e 72822164 Norte, segue para o Ponto 51, Coordenada UTM 578273 Leste e 7282897 Norte, segue para o Ponto 52, Coordenada UTM 578058 Leste e 7282933 Norte, segue para o Ponto 53, Coordenada UTM 577695 Leste e 7283368 Norte, segue para o Ponto 54, Coordenada UTM 577756 Leste e 7283475 Norte, segue para o Ponto 55, Coordenada UTM 577593 Leste e 7283794 Norte, segue para o Ponto 56, Coordenada UTM 577367 Leste e 7284070 Norte, segue para o Ponto 57, Coordenada UTM 577377 Leste e 7284313 Norte, segue para o Ponto 58, Coordenada UTM 577125 Leste e 7284198 Norte, segue para o Ponto 59, Coordenada UTM 577250 Leste e 7283711 Norte, segue para o Ponto 60, Coordenada UTM 5776985 Leste e 7283531 Norte, segue para o Ponto 61, Coordenada UTM 576611 Leste e 7283456 Norte, segue para o Ponto 62, Coordenada UTM 576489 Leste e 7283295 Norte, segue para o Ponto 63, Coordenada UTM 576467 Leste e 7283266 Norte, margem direita do rio Iapó, divisa com área do Parque Estadual do Guartelá, na sua margem esquerda, deste ponto segue pela margem direita do rio Iapó até o Ponto 1, início da presente descrição, perfazendo um total de 937,00 hectares.

Art. 3º - O Instituto Ambiental do Paraná fica autorizado a efetivar a desapropriação com uso de dotação orçamentária a ser consignada no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1.999.

Art. 4º - O imóvel, a ser integrado ao Parque Estadual de Guartelá, ficará sob a administração e fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP,

que deverá adotar as medidas cabíveis para a sua efetiva implantação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto desta proposição faz divisa com o Parque Estadual do Guartelá.

Por se tratar de área coligada ao parque, de indiscutível beleza e de merecedora preservação ambiental, apresentamos o presente projeto de lei para que as gerações de paranaenses sejam apresentadas de um bem de inestimável valor ecológico.

PROJETO DE LEI Nº 288/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São José dos Pinhais, fundada em maio de 1.979, tem por objetivo maior atender a população carente, principalmente a gestante, o nutriz, a criança e os idosos.

Isto posto e como a APMI de São José dos Pinhais vem prestando valiosos trabalhos à comunidade de São José dos Pinhais, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 289/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição destina-se a refrear a violência cometida contra as mulheres. Motivadas pelo machismo, que ainda impera nestes tempos modernos, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões. É incontestável o fato de que, ainda hoje, nos municípios em que não existe uma delegacia especializada, a maioria dos direitos contra a mulher, especialmente quanto aos crimes, contra os costumes, ficam impunes, por falta de denúncia.

A Delegacia da Mulher, como ação do Estado a nível de segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

Diante do exposto, contamos com o apoio do nobre Pares a este importante plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 290/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Dr. Giovani Gionédís.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Atuação frente à Casa Civil e Secretaria Especial do Governo na coordenação e articulação da campanha para as eleições municipais de 1996.

Como titular da Secretaria de Estado da Fazenda, trabalho incansável pela recuperação da receita tributária, inobstante os efeitos perversos da "Lei Kandir", e também na preservação e no equilíbrio das finanças públicas do Estado.

Luta homérica e vitoriosa em Brasília, junto ao Senado, para reverter a obstrução promovida por dois senadores paranaenses, contra os interesses do nosso Estado, na obtenção de recursos externos para aplicação em programas sociais no Paraná.

Sua sensibilidade em relação às dificuldades do empresariado paranaense que motivou a concessão da anistia tributária e do parcelamento a longo prazo do ICMS, como forma de viabilizar a conti-

nuidade das atividades de milhares de estabelecimentos comerciais e industriais no Estado.

PROJETO DE LEI Nº 291/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil após 14 anos de trabalho permanente, tornou-se uma poderosa rede em todo o país, fortalecendo a luta contra a pobreza, a desnutrição e a mortalidade infantil. Os excelentes resultados da Pastoral da Criança ganharam espaço político, fomentando o estabelecimento de parcerias com o governo em seus três níveis - municipal, estadual e federal com organizações não-governamentais nacionais e internacionais, entre estas Agência das Nações Unidas, e com o setor privado.

A partir de 1987, o Ministério da Saúde e a Pastoral da Criança assinaram convênios, que têm contribuído grandemente para as ações da Pastoral. A organização é bastante reconhecida pelo seu trabalho em favor da criança carente devido aos seus resultados e pelos objetivos alcançados.

A Pastoral da Criança tem por objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também de suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam as suas finalidades:

I - sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, através de ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;

II - formação humana e cristã das famílias líderes comunitários, agentes voluntários da Pastoral da Criança, e apoio especial às pessoas da terceira idade que participam de suas atividades;

III - promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, redução da violência familiar e comunitária;

IV - geração de renda, para auto-sustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas;

capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;

V - alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança.

É pela nobreza das atividades exercidas e pelo brilhante trabalho elaborado pela Pastoral da Criança que solicito aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 292/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas distribuidoras de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, farmácias, drogarias e similares poderão atuar no território do Estado do Paraná, obedecidas as disposições desta lei.

Art. 2º - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, assim como produtos dietéticos, suplementos alimentares, vitaminas serão exercidos somente por empresas e estabelecimentos licenciados e cadastrados pelos órgãos sanitários e de defesa do consumidor do Estado do Paraná e dos municípios.

§ 1º - Os estabelecimentos farmacêuticos e outros previstos na legislação, que adquirirem medicamentos ou suplementos alimentares e vitaminas de empresas distribuidoras com sede fora do Estado do Paraná deverão, necessariamente exigir destas, comprovantes de registro cadastral junto aos órgãos sanitários e de defesa do consumidor do Estado do Paraná.

§ 2º - Os estabelecimentos comerciais, previstos nesta lei, deverão conservar as notas fiscais e outros documentos referentes à transação comercial para todos os efeitos da fiscalização dos órgãos de defesa do consumidor e de vigilância sanitária e encaminharão a cada 03 (três meses) relatório contendo o nome dos distribuidores de quem adquiriram produtos.

Art. 3º - Para obtenção inicial e renovação de Alvará Sanitário e Registro Cadastral junto à autoridade de Defesa do Consumidor serão exigidos, entre outros, os seguintes documentos.

a) requerimento dirigido aos órgãos de vigilância sanitária estadual ou municipal, e de defesa do consumidor, solicitando licença inicial contendo os dados completos da empresa inclusive o CGC, assinado pelo responsável técnico e pelo representante legal;

b) contrato social ou declaração de firma individual, registrado na Junta Comercial e visado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná;

c) livros ou fichas de registro de controle de psicotrópicos e outros medicamentos nos termos da legislação em vigor;

d) contrato de trabalho com farmacêutico na função de responsável técnico e visado pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná;

e) livro de receituário;

f) termo de vistoria da autoridade sanitária e de defesa do consumidor.

Art. 4º - Nenhum representante ou distribuidor de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos, suplementos alimentares e de vitaminas, poderá atuar no âmbito do Estado do Paraná sem o correspondente Certificado de Autorização para Venda, contendo prazo de validade, fornecido pelo fabricante do produto.

Parágrafo Único - Cópia do Certificado de Autorização para Venda deverá ser encaminhado aos Órgãos de Defesa do Consumidor e de Vigilância Sanitária.

Art. 5º - O Registro Cadastral e o Alvará Sanitário deverá ser renovado anualmente, nos termos de regulamentação própria.

§ 1º - A concessão de Licença Inicial bem como a renovação, somente serão concedidas após a verificação do cumprimento das condições sanitárias e de qualidade exigidas pelo Estado ou Município.

§ 2º - Os Órgãos de Defesa do Consumidor e de Vigilância Sanitária poderão celebrar convênios com Institutos Especializados ou Instituição de Ensino Superior para auxiliar no cumprimento do disposto no § 1º do artigo 5º desta lei.

Art. 6º - O Registro Cadastral e o Alvará Sanitário poderão ser suspensos ou cassados no interesse da saúde pública, mediante despacho da autoridade sanitária ou de defesa do consumidor, observados os preceitos do processo administrativo.

§ 1º - A suspensão ou cassação definitiva de registro não exime a ação policial e ou judicial correspondente, nos casos de ilícito contra a saúde e a economia popular.

§ 2º - As empresas, distribuidores e ou representantes comerciais, consideradas inaptos temporariamente ou de forma definitiva, serão cadastradas em registro próprio e o seu inteiro teor encaminhado aos Ministérios da Saúde e Fazenda, bem como para as autoridades policiais e ao Ministério Público para as providências necessárias.

§ 3º - O Ministério Público deverá ser comunicado em qualquer circunstância acerca de eventuais

ilícitos praticados contra a saúde e a economia popular.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.98

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar melhores condições de controle por parte da sociedade no referente aos medicamentos, suplementos alimentares e vitaminas.

Temos assistido nos últimos tempos a um aumento considerável na distribuição e venda de medicamentos, insumos farmacêuticos e vitaminas para a população que busca até, em muitos casos, de forma ávida de saúde e bem-estar.

Se bem que a Carta Magna garanta o livre comércio no país, também é verdadeiro que estipula a necessária autonomia aos entes federados. Mas ainda, garante como princípio elementar da vida social e jurídica, a preservação e defesa da própria vida.

Ora, torna-se patente que os medicamentos, insumos farmacêuticos e vitaminas, bem como os denominados produtos de complemento alimentar estão diretamente ligados à preservação, manutenção e recuperação da saúde e da qualidade de vida.

Assim, é de competência do Poder Público vigiar pela autenticidade dos conteúdos e da procedência dos produtos. Tal competência lhe é conferida pelo Estado Democrático. Longe imaginar-se um cerceamento à livre iniciativa, mas um controle efetivo que garanta a qualidade e a preservação da espécie humana e dos negócios empreendidos pelos cidadãos imbuídos do verdadeiro espírito do comércio e da prestação de serviço.

Ademais, nunca é exagerado afirmar-se que na atual conjuntura em que temos assistido à distribuição e venda de medicamentos com conteúdos falsos, prejudicando e provocando a morte de cidadãos, a lei que deve revestir-se de valores morais, não poderia deixar de ser intransigente.

Dada a importância do tema, apresento a esta colenda Casa o projeto de lei que aprovado prestará um grande serviço à sociedade e à população.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Este dia 03 de agosto será um dia pelo qual, além de nós Deputados retornarmos a esse segundo semestre desse período legislativo e mais particular-

mente nesse ano que se finda o mandato dos Srs. Deputados, vai ficar marcado esse dia pela sociabilidade que nós conseguimos em solo paranaístico reunir nesta manhã, além dos membros do Conselho Parlamentar do Sul, nossos irmãos do Rio Grande do Sul com o senhor Presidente da Assembléia, com Santa Catarina e com Mato Grosso do Sul, unirmos em nome da família paranaense deste Sul do País a Associação Comercial Industrial do Paraná, a Ordem dos Advogados, subsessão do Paraná, a sociedade representativa do nosso Estado em um Seminário, aonde o Presidente Akel nos acolheu, aonde o futuro Presidente que será empossado no próximo dia 10, nosso amigo Ched lá esteve, juntamente com toda essa parcela do Sul do País, estamos elaborando aquilo que é de interesse Nacional dos quatro mil e poucos Municípios dessa Federação que é realmente a sobrevivência do municipalismo brasileiro. A reforma Tributária, que agora é anunciada por Sua Excelência, o Presidente da República, como uma das metas a serem apreciadas nesse segundo semestre do Congresso Nacional faz com que a sociedade brasileira, exemplo aqui do Paraná e do Sul do País, se mobilize, se irmane e ofereça realmente a condição pela qual os Estados e os Municípios tenham condições de governabilidade. O nosso Estado, o Governador Jaime Lerner encerra o seu mandato no dia 31 deste ano, a partir do próximo ano em todos os Estados Federativos estarão iniciando o mandato, aqueles que o povo realmente escolher. Mas de nada adianta a escolha se continuarmos no estado em que nos encontramos: Municípios falidos, Estados arrebitados e a Nação sem uma perspectiva nenhuma para quem realmente se interessa em termos de comunidade para gerir os destinos de uma cidade e de um Estado. E aqui no Paraná hoje, aonde os Estados do sul pela manhã, desde às 9:00 horas e até a tarde durante este período mesmo desta Sessão aqui estiveram as mais altas autoridades desses quatro Estados somando os esforços, oferecendo as idéias e dando a participação realmente daquilo que o Governo Federal precisa, que é a sensibilidade social para dar uma condição mínima de Governo aos Municípios e aos Estados da nossa Nação. Junto a isso trouxemos o vice-Líder do Governo na Câmara Alta, que é o Deputado Haully, que conhece de perto o sentido econômico pelo qual a nossa proposta do Sul se apresenta. Trouxemos o Deputado Pontes que é uma das sumidades em termos financeiros, principalmente, de reforma tributária desta Nação. Trouxemos empresários, economistas. Esteve lá representando o Governo o ilustre Secretário Miguel Salomão, que dava rumo pelo o qual nós devemos nos nortear nesta proposta do Sul do País.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além disso, dizer que essa Casa há seis anos passados,

quando o Deputado Orlando Pessuti fundava o Conselho Parlamentar do Sul e durante todos os presidentes que ocuparam a função maior desse conselho, junto com o CODESUL e, hoje, testemunhada pelo nosso companheiro, que transferimos a presidência desse conselho, o Presidente Sartori, do Estado do Rio Grande do Sul, junto com Antônio Brito, Paulo Afonso, com o Governador Wilson e Jaime Lerner, que fazem a parte do CODESUL, irmanamente COPASUL e CODESUL se levantam oferecendo uma proposta que o Governo Federal haverá de escutar.

Esta Casa, nas mãos de Aníbal Khury, que durante esses quatro anos sempre teve em mãos e nas suas ações a proposta da reforma tributária dessa Nação, não poderíamos como disse desde o início, deixar de registrar nos Anais desta Casa, que esse três de agosto haverá de trazer frutos, não ao Sul do País, mas a toda Nação brasileira.

Alguém que realmente se encontra no Conselho Econômico desta República não conhece de perto o estado pelo qual todos os Srs. Deputados enfrentam nas suas bases eleitorais, onde os Srs. prefeitos e administradores de estado desta Nação, que são os governadores, enfrentam no dia-a-dia. Tivemos o testemunho do número arrecadado pelo Estado do Mato Grosso do Sul, se não fossem as suas privatizações, aquele Estado não teria governabilidade que está sendo levada até hoje e que poderá ser levada até o final do mandato do Wilson.

Aqui, no Paraná, apesar das dificuldades estamos levando o povo paranaense, a sua desenvoltura econômica e o seu estado de avanço.

Santa Catarina com Paulo Afonso no testemunho dos Deputados não teve mega-investimentos, mas teve investimentos médios que deram a ela condições para se manter até o final do Governo.

Antônio Brito, no Rio Grande do Sul, através do Presidente daquela Casa maior de leis lá dá amostra que apesar das dificuldades está tentando encontrar saída. E, a saída, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é Reforma Tributária desta Nação.

Chegada de criação de monumentos tributários a cada dia que a Nação tem uma dificuldade! O comércio não agüenta mais. A indústria não suporta. O profissional liberal sem trabalho. E, os lojistas sem comércio. Não teremos economicamente uma saída. A não ser que o Estado da Nação essa contribuição centralizadora, onde mais de perto falando e hoje exemplificada pela manhã pelo Deputado Pontes, Haully e outros homens ligados ao setor econômico desta Nação.

É com satisfação que registramos em nosso meio o ex-Diretor da CODAPAR, Paulo Braguini, juntamente com outros ex-secretários de Estados, que nos honram com suas visitas, com a presença do Deputado Federal Ricardo Barros, inúmeras pes-

soas que no início desse período vêm nos trazer a grata satisfação de que harmonicamente esta Casa é de todos os paranaenses. O Edson Garcia e inúmeros outros nomes que compuseram governos anteriores, dão a mostra que o caminho a seguir é o da parceria pelo qual haveremos de encontrar uma razão maior para o nosso Paraná, um encontro melhor para o Sul do País e principalmente uma condição melhor para nossa república do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente a nossa saudação a todos os Srs. Deputados, aos funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, aos integrantes do comitê de imprensa e as dignas pessoas que nos visitam, na tarde de hoje, neste reinício de sessão legislativa, que certamente será dos mais movimentados, não só nesta Casa de Lei mas em função da campanha eleitoral que movimentará todo este Paraná.

Ocupo a Tribuna, neste momento, para, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, e tenho certeza em nome de todos os parlamentares, com assento neste Plenário, para saudarmos a figura do ilustre amigo, Deputado Paulo Gorski.

Paulo Gorski que chega a Assembléia Legislativa para integrar a nossa Bancada Peemedebista e vem, efetivamente, para cumprir um período de trabalho dos mais importantes para este Plenário e dos mais importantes que viveremos em função da disputa eleitoral que se avizinha, para os próximos dias, já que no dia 4 de outubro haverá eleições no Brasil inteiro.

E tenho uma satisfação pessoal de saudar o Paulo Gorski porque com ele militamos, no PMDB, há muitos anos. Lembro-me ainda do tempo em que participava das memoráveis convenções do MDB, no Plenarinho aqui da Assembléia, em outros locais aqui de Curitiba e lá encontrava o seu pai, o Paulo Gorski, uma das principais Lideranças Peemedebistas, posteriormente Peemedebista do Paraná, mormente da Cidade de Cascavel e da região Oeste do nosso Estado.

A sua vinda para cá, já anunciada em outras oportunidades, se concretiza, neste momento, com nosso colega, José Tavares, assumindo uma Secretaria. José Tavares, que hoje não mais integra as fileiras Peemedebistas, mas que se elegendo pelo PMDB, ao se licenciar da sua função de Parlamentar, nesta Casa, abre espaço para que o Deputado paulo Gorski possa vir aqui emprestar a sua experiência, os seus conhecimentos e desenvolver um tra-

balho ao lado de todos os Parlamentares em favor do povo do Paraná.

Receba, portanto, Paulo Gorski, meu amigo, meu companheiro de tantas jornadas, o nosso carinho, o nosso respeito. E receba de nós o apoio que se fizer necessário para que esta sua estada, aqui na Assembléia Legislativa, como Deputado Estadual, embora por pouco tempo, é bem verdade, possa ser marcada por projeto, por ações, por pronunciamentos, por atos que efetivamente marquem, com dignidade este Parlamento, a sua carreira de Deputado, como, com dignidade, V.Exa. marcou toda a sua trajetória, até o presente momento, como homem público e como chefe de família.

Receba, portanto, de nossa parte, na condição de Líder do PMDB, Bancada a qual V.Exa. está vinculado, nesta Casa, e receba de todos os nossos Parlamentares, o abraço amigo, o abraço fraterno e a certeza que este Parlamento será sem sombra de dúvida, engrandecido com a sua presença. E não tenha dúvida também, Deputado Paulo Gorski, que V.Exa., ao sair daqui ao final deste mandato de Deputado Estadual, tenho certeza que sairá mais engrandecido na sua formação pessoal, intelectual e política, porque esta Casa, sem sombra de dúvida, dá a todos nós, a oportunidade de engrandecermos o nosso comportamento de ser humano, as nossas qualidades e condições de homens públicos. Receba portanto o meu abraço.

Se o Presidente Anibal Khury me permitir, concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Quero saudar, na condição de Líder do PDT, a presença do nosso amigo Paulo Gorski, que agora vem para engrandecer esta Assembléia Legislativa.

Quando falo em Paulo Gorski, também gostaria de lembrar em nome do seu pai - cidadão pioneiro de Cascavel, respeitadíssimo por todas as lideranças políticas, empresariais e populares daquela cidade. Um homem que muito somou para o crescimento da Cidade de Cascavel. Paulinho Gorski, agora nosso companheiro aqui, com quase 23 mil votos, não consiga estar ao nosso lado, quando sabemos que companheiros com 8 mil, 9 mil votos, estão hoje aqui, brilhantemente defendendo esta Casa. Paulinho, que fez essa grande votação, nos dá a honra de somar-se a nós. Então, queremos dar as boas vindas, em nome das Lideranças do PDT, dizer do nosso reconhecimento pela sua capacidade legislativa, haja vista que foi Vereador por 2 vezes na Cidade de Cascavel e também Presidente da Câmara Municipal.

Portanto, a sua estada aqui nos próximos 6 meses, com certeza absoluta aumentará a representatividade regional e a característica de Parlamen-

res com excelentes condições de fazerem um grande trabalho aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado Presidente Aníbal Khury, Deputado Orlando Pessuti, essa oportunidade de dar as boas vindas a esse companheiro lá de Cascavel, da Região Oeste do Paraná, Senhor Paulo Gorski.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, concluo essa nossa manifestação durante o Pequeno Expediente, incluindo o aparte aos Deputado Edgar Bueno ao nosso pronunciamento de saudação ao Deputado Paulo Gorski. E ao finalizar, quero cumprimentar V.Exa., Deputado Aníbal Khury e Luiz Carlos Zuk, por terem hoje, recepcionado nas dependências da Assembleia Legislativa, os Parlamentares de Lideranças Políticas do Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em mais uma reunião do Conselho Parlamentar do Sul.

O Conselho Parlamentar do Sul, quando foi idealizado e criado por nós e outros companheiros, ele tinha esse objetivo que hoje se concretiza nessas reuniões e trabalhos que são desenvolvidos. O Conselho Parlamentar do Sul, antes de mais nada, promove a integração, a harmonia entre os Parlamentos da Região Sul, mais o Mato Grosso do Sul. E propicia, sem sombra de dúvida, através dessas reuniões, troca de experiências e acima de tudo um aprendizado e uma harmonia entre esses Estados.

Portanto, Presidente Aníbal Khury, Deputado Luiz Carlos Zuk, o nosso apoio e nossa solidariedade por mais uma reunião do Conselho Parlamentar do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Gorski.

O SR. PAULO GORSKI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa, assistência que prestigia esta Casa.

Faço uso desta tribuna, em primeiro lugar, a me reportar, me apresentar aos nobres Pares que compõem esta Casa. No dia 22 próximo passado, no Gabinete da Presidência, em função do Deputado José Tavares assumir uma Secretaria de Estado, e na condição de 1º suplente do PMDB, com 21.788 votos nas eleições de 1994, então, com o comando do Presidente, Deputado Aníbal Khury, com o 1º Secretário, Luiz Carlos Martins, assumimos o mandato de Deputado Estadual.

Estamos aqui para fazer essa apresentação e para dizer aos Senhores que, chegamos para exercer este mandato com simplicidade, com humildade. Entrei na vida pública estimulado pelo meu pai. Um cidadão de origem humilde, que tinha no seu san-

gue a vontade de fazer política. A vontade de buscar, através da política, um mundo melhor. Ele se esforçou dentro do que foi possível, dentro do que tinha em sua mente, em almejar para nossa Região Oeste, um dia ter um cidadão nosso para representar, não só nas proporcionais, mas também nas majoritárias. Lutou muito por isso. Foi fundador, em 1966, do MDB. Foi presidente por oito anos. Quando me viu na condição de exercer a política partidária, jamais deixou de fazer esse estímulo. E, em 1982 fui Vereador em Cascavel. Voltei a me eleger Vereador; fui Presidente daquela Câmara Municipal; fui Presidente do PMDB. E depois, vindo juntamente com o companheiro lá de Cascavel, Mário Pereira, quando exerceu a Secretaria de Transportes e nos convocou para sermos um dos diretores do DER, no Governo Roberto Requião.

Tivemos naquela passagem no DER o prazer e a satisfação de já, nos relacionarmos com muitos Deputados, hoje e quem eram já Deputados no mandato passado. Pudemos discutir problemas do lado rodoviarista. A construção de pontes, melhoria das rodovias municipais, estaduais, enfim, o trabalho na área rodoviarista.

Agora, com essa oportunidade, chegando nesta Casa queremos aprender com os senhores. Queremos dar tudo de nós. Que, nesses quase seis meses possamos marcar a nossa passagem juntamente com todos os Deputados no engrandecimento da causa paranista. Da causa que, com certeza, esta Casa de Leis pode auferir no seu dia-a-dia com a caminhada de cada Parlamentar, nesse ir e vir. Vão para suas regiões, voltam aqui para este centro administrativo onde as reivindicações da população mais carente, das pequenas comunidades são trazidas. Buscando sempre que a vida dessas pessoas possam ser melhoradas.

Entendo que, política é dessa forma e é assim que temos que fazê-la, principalmente no exercício do mandato eletivo, porque é uma coisa que poderíamos dizer - sagrada. É a luta de buscar o voto; a confiança de cada cidadão. Um número importante de pessoas que depositam naquele cidadão que vai lá defender os interesses da causa pública. E a causa pública tem que ser elevada. Entrando até no lado emocional de, colocarmos o ombro amigo onde as pessoas necessitam do ombro amigo. É com essa vontade, Presidente Aníbal Khury, que chegamos aqui dentro do contexto da nossa vida político-partidária, sabemos que através dos partidos precisamos determinar uma política cada vez mais progressista e que vá em busca de melhoria da condição de vida.

Deputado Orlando Pessuti, meu líder, você tenha certeza, que aqui terá um discípulo, que respeita a decisão partidária, que chega aqui com humildade, mas para aprender junto com você e os

demais companheiros da nossa Bancada, do nosso Partido, o PMDB e, também me estendendo aos demais líderes partidários, quero dizer que estamos aqui para somar. O meu companheiro, Deputado Estadual, de Cascavel, Deputado Edgar Bueno, meu respeito pela sua pessoa, o respeito que sempre tive. Você, ainda quando não militava na política, eu já estava militando, mas você era um empresário bem sucedido, você era um homem que estava envolvido nos segmentos da nossa sociedade organizada lá de Cascavel, então é esse respeito que venho aqui junto com você, quero somar para que já pegando essa experiência que você tem aqui de três anos e meio, que você está na minha frente, quero poder aprender com você, quero junto com você, para que possamos realmente fazer algo de importante, algo de nobre lá para os nossos irmãos cascavelenses.

Aos demais Deputados da nossa Região Oeste, como dizia o Deputado Élio Rusch, que agora somos oito Deputados lá da nossa Região Oeste, quero me somar a vocês para que possamos engrandecer as causas oestinas e aos demais Deputados, a Mesa Diretiva e quero me somar as causas paranistas.

É uma honra, é uma satisfação e com emoção digo o meu muito obrigado à Deus por ter conseguido chegar aqui nesta Casa de Leis e desempenhar este meu mandato. Mas, com certeza sei do trabalho da luta que teremos que empenhar aqui no dia-a-dia.

Então, vamos em frente, obrigado Presidente Aníbal Khury, obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Paulo Gorski, receba a saudação da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pela sua posse e esperamos que tenha sucesso e que possa contribuir com o Poder Legislativo para que possamos representar os interesses da maioria do nosso povo do Paraná. Seja bem-vindo, Deputado Paulo Gorski.

Senhor Presidente, Deputado Aníbal Khury, Senhores Deputados, há uma dívida que está sendo cobrada do Governo do Estado do Paraná e essa dívida não é paga, não só nesses últimos três anos, mas essa dívida nesses últimos três anos ficou muito cara. Ficou cara demais! O Deputado Horácio Rodrigues sabe bem do que falo: a dívida do Governo para com o Litoral do Estado do Paraná.

O Paraná assistiu durante a Campanha Eleitoral de 94, uma das grandes promessas do então candidato a Governador Jaime Lerner a respeito da transformação do Litoral do Estado do Paraná, num

Polo Turístico de desenvolvimento da nossa gente. Acho que de certa maneira o candidato a Governo do Estado Jaime Lerner percebeu naquele momento os problemas que afligem o Litoral do Paraná. Um abandono completo, uma falta de visão de conjunto, um processo de empobrecimento cada vez maior da população que mora no litoral e um processo de abandono por parte das estruturas do Estado, para com o povo do litoral. Lá os problemas da saúde são tremendos, os problemas do desemprego são maiores de todas as regiões do Paraná proporcionalmente. Digo isso porque pude presenciar no dia de hoje algo que me deixou absolutamente preocupado.

O Porto de Paranaguá vem passando por um processo de privatização, vejam bem, Deputados, a operação de carga e descarga, entre os portos brasileiros com os portos do mundo, há uma tendência que estamos passando nesses últimos anos, de que todas as cargas, sacarias, até madeira, hoje são encaixotadas dentro de um container, e essas cargas são containerizadas e transportada num navio em todos os portos do mundo.

Paranaguá não fica de fora desse processo, um processo de transformação tecnológica, que qualifica o embarque e desembarque de mercadorias nos portos do mundo inteiro, com a introdução de altas tecnologias para fazer com que a produtividade aumente no transporte marítimo de cargas em todo o Brasil.

Pois bem, o Porto de Paranaguá, com o pretexto de melhorias, de transformação e de trazer um pouco de produtividade no comércio exterior com outros portos do resto do mundo, privatizou o embarque e desembarque dos containers de Paranaguá. Então, todo um terço do cais, que não faz mais parte da APPA, está à disposição de uma empresa privada que ganhou um processo de licitação pública e além disso, há todo um pátio e uma área do Porto de Paranaguá que foi transferida para esta iniciativa, para pegar os containers do navio, transportar para o cais e do cais, para este pátio. Pois bem. Quais são os números? O Porto de Paranaguá opera perto de 100 mil containers-ano. Esta carga e descarga dos containers é feita pelos trabalhadores portuários, chamados trabalhadores avulsos, os estivadores, os conferentes, os consertadores, os arrumadores que trabalham com as cargas dentro do Porto de Paranaguá, aliás, em qualquer porto do mundo.

Vejam só o que esta companhia que ganhou o processo de licitação fez. A carga, o container para ser retirado, usa mão de obra de vários tipos de trabalhadores. Os trabalhadores da estiva continuam recebendo aquilo que recebiam antes dessa operação ser privatizada. Os conferentes também continuam recebendo o mesmo quinhão da carga do

container que recebiam antes, agora com a operação privatizada. Os arrumadores, que são do segundo sindicato mais importante do Porto de Paranaguá, lamentavelmente há um problema gravíssimo em relação a esta categoria, porque o arrumador recebia R\$3,50 por um container descarregado do navio.

Os detentores da operação agora, da empresa de Cascavel, chamada Redran que ganhou o processo de licitação, está oferecendo R\$0,60 a operação de container. Não preciso explicar o que isto significa, do ponto de vista da condição de vida dos trabalhadores da cidade de Paranaguá. Ao mesmo tempo em que trazemos modernidade, privatizamos, estamos trazendo um drama social muito grande para uma categoria imensa. Mas não é só esse o problema. Se fosse só esse o problema, a negociação salarial poderia resolver.

O que é mais grave é que esta empresa privada está ameaçando não contratar os arrumadores do Porto de Paranaguá e contratar, com exclusividade, por sua livre iniciativa, funcionários para fazer esta carga e descarga, em nome dos arrumadores. Doce ilusão dos operadores portuários.

Hoje pela manhã, duzentos e cinquenta caminhões entraram dentro do Porto de Paranaguá e bloquearam toda a faixa do cais do porto de Paranaguá, onde os containers desembarcaram. Pode ir o Exército com caminhões tanques, a não ser que joguem os caminhões para dentro do mar, o que vai ser um trauma na cidade de Paranaguá, como um todo.

Os estivadores, os caminhoneiros, os arrumadores, os conferentes, estão solicitando da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que este impasse seja resolvido, porque não é de interesse dos arrumadores pararem de trabalhar, porque senão, param de receber, nem dos caminhoneiros, nem dos estivadores, para que a gente tente interceder para buscar uma solução para este impasse.

Acho que é fácil a solução. A operação não precisa ser nos moldes como era anteriormente, antes da privatização. O sindicato está aberto para negociar, mas não precisa ser os R\$0,60m que é uma provocação por parte da iniciativa privada aos trabalhadores.

Não vão conseguir isso. Os trabalhadores do Porto estão em pé de guerra, podem parar toda a operação portuária nos próximos dias e podem acabar fazendo uma greve generalizada por um processo, talvez mal conduzido, porque não conheço com profundidade esta operadora de containers do Porto de Paranaguá. É o filet mignon da operação portuária, depois deste só existe um, que é a operação de granel pelo corredor de exportação que não foi privatizado.

Então chamo a atenção dos Senhores Deputados e amanhã ou depois, as Lideranças Sindicais de

toda a orla portuária, deverão fazer uma visita à Assembleia Legislativa para expor estes problemas de viva voz a respeito dos problemas de Paranaguá.

Não se surpreendam de que, amanhã, com a tentativa desta empresa em burlar, pelo menos não querendo negociar, não se surpreendam de que Paranaguá, nas páginas de jornais, tenhamos lá o Porto todo parado. Não será a Polícia Militar que vai resolver nem os tanques.

Acho que seria bom que esta Assembleia pudesse tirar uma Comissão de Deputados no sentido de intermediar uma solução.

Então chamo a atenção dos Senhores Deputados, em função dos problemas sociais gravíssimos que passa a nossa cidade.

Era isso, muito obrigado.

E desejo para todos que este segundo semestre possa ser produtivo, do ponto de vista de que nós possamos fazer com que a Assembleia Legislativa possa representar com a mesma dignidade que tem representado o povo do Paraná nesses últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos, no Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Antes, porém, a Mesa quer se congratular com a presença do novo Deputado Paulo Gorski Filho, que vem enaltecer esta Casa.

De tradicional família de políticos, conheci seu pai, Paulo Gorski, um exemplo de homem público cujas virtudes o filho tem na sua própria pessoa.

Por isso a Assembleia se congratula com sua presença e deseja-lhe uma feliz atuação nesta Casa do Povo.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando licença para atender a convocação do Sr. Governador do Estado do Paraná, para assumir o cargo da Secretaria de Estado de Proteção e Defesa do Consumidor. À Diretoria Legislativa para anotar.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 3 (três), de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expe-

diente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1295 e 1296, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1297 e 1298, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1300, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 576/97, 064, 072, 147, 168, 216, 225, 227 e 282/98.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março do ano de um noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 522/97, 584/97, 616/97, 658/97

e 659/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 681/97 e 684/97, 695/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de um noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou redação para as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº. 023/97 e aos Projetos de Lei nºs 085/97, 166/97, 213/97, 417/97, 396/97, 411/97, 455/97, 469/97, 647/97 e 725/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Adur apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 005/98, 520/97, 303/97, 124/97, 010/98 e 145/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 019/98, 021/98, 025/98, 035/98, 040/98 e 056/98, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reu-

niões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Eduardo Trevisan apresentou Redação Final ao Projeto de Lei nº 652/97 e o Senhor Presidente evocou e relatou o Projeto de Lei nº 009/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Walmor Trentini apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 037/98, 066/98, 728/97, 670/97, 577/97, 682/97, 022/98 e 660/97, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação

Final aos Projetos de Lei nºs 023/98, 026/98, 057/98, 068/98 e 060/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Adur apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 027/98 e 95/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 3ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 271/95, 727/97, 018/98, 42/98, 077/98, 089/98 e 093/98, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Renato Adur apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 372/97, 573/97, 024/98, 070/98, 074/98 e 086/98, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nºs 538/96, 172/97, 241/97, 346/97, 103/98, 111/98 e 122/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala das Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de

Redação, sob a Presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei n°s 265/97, 108, 133, 134 e 148/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala das Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei n°s 245/97, 155/98, 581/97, 160 e 152/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala das Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Sergio Spada apresentou Redação Final aos Projetos de Lei n°s 122, 154 e 159/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, na Sala das Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado César Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Hidekazu Takayama apresentou Redação Final aos Projetos de Lei n°s 462/97 e 065/98, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário